TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 22ª

(VIGÉSIMA SEGUNDA)

SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O TEMA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PÚBLICA,

DE 27 DE MARÇO DE 2014.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a presente sessão ordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leituras das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 20ª Sessão Ordinária;

- Ata da 21ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei que, daqui a alguns minutos, V.Exa. vai transformar essa sessão em comissão geral, mas eu não posso deixar de, neste momento, fazer um registro muito especial com relação ao aniversário de 43 anos da cidade da Ceilândia.

Eu cheguei a Ceilândia em 1977. Ceilândia foi criada em 1971. Hoje, é uma cidade maior do que algumas capitais de estados brasileiros. É uma cidade com 600 mil habitantes, uma das mais acolhedoras do Distrito Federal, com uma população carinhosa, que recebe os visitantes com o maior carinho, com o maior respeito. É uma cidade na qual eu realmente tenho orgulho de morar desde 1977. Nunca arredei o pé um minuto daquela cidade.

Hoje eu tive a oportunidade de, ao meio-dia, com o Governador Agnelo e com o Administrador da Ceilândia, Ari de Almeida, participar do corte do bolo de aniversário, no centro daquela cidade. Centenas de pessoas estavam lá, mesmo com chuva, aplaudindo a cidade, porque realmente é um lugar de que a gente gosta.

Eu sempre digo que na Ceilândia se come a melhor carne de sol da Região Centro-Oeste brasileira. Quem sabe até melhor do que aquelas que a gente – eu e V.Exa., que somos do Nordeste – come lá no Nordeste? Temos hoje um dos maiores bares da cidade, o Beer House, para 750 pessoas sentarem. É um lugar realmente muito bonito, muito acolhedor.

Na Ceilândia nós temos de tudo, e ela vai ficar melhor ainda a partir do dia 4, quando o Governador Agnelo inaugurará a maior UPA – Unidade de Pronto Atendimento do Brasil, exatamente na cidade de Ceilândia. É uma UPA para o atendimento conjunto dos pacientes da nossa cidade. Também será instalada a Carreta da Visão, que presta um serviço de prevenção e de cura da cegueira. Para V.Exa. ter uma ideia, a carreta poderá, por dia, consultar até mil pessoas e realizar 250 cirurgias. É uma carreta de 75 metros – são três carretas em uma. Portanto é realmente um feito extraordinário. Eu estou muito feliz com essa instalação. Ela não vai ser itinerante. Vai ficar baseada na Ceilândia atendendo todas as demandas da população do Distrito Federal.

Eu quero mais uma vez aplaudir a nossa cidade de Ceilândia.

Eu estava conversando com moradores antigos, como a Dona Emília, que mora na QNM 7 conjunto I lote 24, o primeiro lote em que eu morei na Ceilândia. Ela contava histórias, Presidente Agaciel Maia, de que, quando eles foram deslocados da Vila do IAPI para a Ceilândia, existia uma verdadeira sinfonia dos martelos. Era o pessoal, noite adentro, batendo os martelos para fixar as tábuas dos barracos que estavam sendo erguidos naquele momento. É, portanto, uma cidade em que ninguém deve favor absolutamente a ninguém. Foram colocados no meio do mato e transformaram o lugar numa cidade de ponta, uma cidade desenvolvida, uma cidade acolhedora, uma cidade que realmente merece o aplauso de todos.

Já fomos muito discriminados, mas eu digo: quem quiser ter momentos de lazer, momentos agradáveis, vá a Ceilândia. Vá conhecer a Feira Central da Ceilândia, dar um passeio por ali, visitar a caixa d'água da Ceilândia. Vá à gruta que hoje há no Sol Nascente, um lugar de fé, dirigido pelo Padre Ribamar, para onde tem vindo gente de todo o Brasil, em romarias.

Eu tenho realmente muito orgulho da cidade de Ceilândia, não saio de lá por nada. Fixei a minha residência lá, meus filhos nasceram e estão sendo criados lá, tenho uma neta também nascida na cidade, que já está com 14 anos lá. Para mim, Ceilândia é a melhor cidade do mundo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao Deputado Chico Vigilante. Solidarizo-me com tudo o que S.Exa. falou, todos os adjetivos destinados a Ceilândia, à sua qualidade de vida, aos seus habitantes. Eu costumo também, Deputado Chico Vigilante, ir à feira de lá, quando estou com saudade do meu Rio Grande do Norte, para comer um cuscuz, um doce, uma buchada com cachaça.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 3.038, de 2014, de autoria do Deputado Chico Leite, a sessão ordinária de hoje, dia 27 de março de 2014, quinta-feira, será transformada em comissão geral para debate do tema Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

Vou suspender a presente sessão, convidando as senhoras e os senhores, bem como todos os convidados, a participarem da comissão no plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h39min, a sessão é reaberta às 15h49min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Boa tarde a todas e a todos. Está reaberta a sessão e transformada em comissão geral que vai, na realidade, debater a nossa dívida pública, especialmente a intervenção da sociedade na sua fiscalização.

Declaro aberta, então, a nossa comissão geral para debater o tema e para lançar – o que nós faremos hoje – o Núcleo-DF da Auditoria Cidadã da Dívida.

Quero agradecer a todos e a todas o comparecimento. O debate é muito importante. Cada um aqui tem a missão fundamental de debater um tema de que – aqui e ali, alheia – a sociedade precisa ser a grande propulsora, porque é ela que paga a dívida. E é ela que assume todos os compromissos que alguém, legitimado por uma investidura, assume em seu nome, mas para que ela pague. Por isso, ela precisa ter o controle e a ideia exata dos mecanismos, dos instrumentos de como foi feita a dívida, de como prossegue o pagamento e de como isso sacrifica cada um e cada uma.

Eu quero pedir permissão para dar inicio à composição da Mesa. Convido o Deputado Federal Paulo Rubem Santiago, do PDT de Pernambuco, companheiro de grandes jornadas. É uma honra! (Palmas.) Vou fazer uma brincadeira com o Deputado Paulo Rubem colocando-o à minha direita.

Quero convidar também o mestre Sadi Dal Rosso, que tem nos dado uma enorme contribuição no aniversário de Brasília. (Palmas.)

Convido também, para conosco tomar assento, a Coordenadora Nacional da Auditória Cidadã da Divida Pública, Dra. Maria Lúcia Fattorelli. (Palmas.)

É com muita honra que eu também convido a Coordenadora do nosso Núcleo-DF, Dra. Eugênia Lacerda. (Palmas.)

Por ter contribuído muito para esse nosso debate, eu convido o Dr. Antônio Carlos de Andrade, nosso Toninho, para fazer parte da nossa Mesa, com todas as honras.

Por último, para completar o nosso quadro de debatedores à Mesa, eu queria convidar o nosso Presidente do SINDICAL – Sindicato dos Servidores do Legislativo e do Tribunal de Contas do DF, que foi o grande propulsor dessa audiência, Sr. Adriano Campos.

Quero agradecer imensamente de novo e já começar os debates. Nós temos um tempo regimental. É claro que não vamos fazer essa cobrança de modo que possa atrapalhar o nosso debate. Eu queria iniciar com o nosso querido Paulo Rubem. Antes eu quero anunciar as presenças que me honram muito: do Sr. Amauri Perusso, Presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores do Tribunal de Contas, que tem nos dado uma grande contribuição a esse tema; e da nossa ex-deputada Maninha. É sempre uma honra tê-la aqui entre nós. Eu quero dizer que está entre nós a Juliana Selbach, Presidente do PSOL no Distrito Federal. Seja bem vinda, sinta-se em casa nesta Casa de debates.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Rubem Santiago.

SR. PAULO RUBEM SANTIAGO – Boa tarde, companheiros e companheiras que conosco compartilham essa comissão geral para discussão da dívida pública.

Quero parabenizar a iniciativa do mandato do Deputado Chico Leite. Quero parabenizar também o apoio e a iniciativa conjunta da Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Saúdo todos os que integram a Mesa, minha companheira Maria Lúcia Fattorelli e o Prof. Sadi Dal Rosso, com quem tive o prazer de militar há muitos anos, no século passado, na Andes, entidade nacional dos docentes, como diretor da minha associação dos docentes da Universidade de Pernambuco. Quero saudar também o companheiro Toninho. Quero saudar e cumprimentar, com muito carinho, a companheira Maninha.

Quero falar da nossa satisfação de estarmos aqui, a princípio, creio eu, pela oportunidade que eu tive de publicar no *Correio Braziliense* recentemente um artigo intitulado "Uma Outra Política Econômica Possível", no qual, não podia ser diferente, procurei resgatar, ampliar e reverberar as ações da Auditoria Cidadã da Dívida Pública e da companheira Maria Lúcia na discussão da política monetária, na discussão da dívida pública, sobretudo na resistente e persistente atitude de buscar a soberania do nosso País na definição das suas práticas políticas, das suas políticas

econômicas na construção do seu futuro. Mas creio que a nossa presença aqui se dá, também, em função de uma longa trajetória que nós temos construído e que, mais recentemente, tem se revelado também através da disputa desses espaços. Eu comentava há pouco que nós construímos uma disciplina recente de um ano para cá que faz com que hoje nós consigamos fazer esse debate por meio de artigos publicados regularmente nos três jornais do meu estado – o *Jornal do Comércio*, o *Diário de Pernambuco* e a *Folha de Pernambuco* –, em dois dos maiores blogues políticos do estado, na agência Carta Maior, no *site Congresso em Foco* e agora no *Correio Braziliense*.

Creio que esse é um dever de cada um de nós que recebemos a representação popular num momento como esse, uma coincidência emblemática em que o País é atingido, mais uma vez, pela intervenção de instituições que são verdadeiras infantarias de mercado – refiro-me aqui às agências de classificação de risco –, com o rebaixamento da nota e com as especulações que já começam a surgir em torno disso. Inclusive, eu comecei a preparar hoje outro artigo em cima de matéria de ontem, publicada no caderno de economia do *Correio Braziliense,* cujo título que abre o sétimo parágrafo é: "Os analistas não têm dúvidas de que o próximo governo deverá fazer um forte ajuste fiscal, não apenas comprometido com o intenso superávit primário, mas também com a transparência nas contas públicas".

Então, este é o cenário em que nos encontramos aqui, hoje: um ano de disputa pela Presidência da República, um ano em que esperamos haja uma discussão ampla dos projetos que têm sido implementados no nosso País. Discutir a dívida pública é discutir a servidão financeira, é discutir a supremacia dos mercados, é discutir a supremacia do capital rentista sobre as contas nacionais, os orçamentos públicos, e isso é que temos feito na discussão das matérias que tramitam no Congresso – o PPA, a LDO, a Lei Orçamentária Anual –, na discussão das matérias que representam os mais largos interesses da maioria da sociedade brasileira.

Hoje o Congresso em Foco publica um artigo de minha autoria intitulado Saúde mais Dez, em que defendemos a aprovação do projeto de iniciativa popular que vincula 10% da receita corrente bruta para o financiamento do SUS no Brasil e também matérias outras, como travamos há dois anos a disputa pelo relatório para o Plano Nacional de Educação, que foi lamentavelmente esquartejado, estuprado no Senado e agora, com o relatório final, o embate que está acontecendo, neste momento, na comissão especial do PNE, que revela os dois grandes campos que estão em disputa nessa matéria, que é uma matéria estruturante para o País.

Consolidar um Plano Nacional de Educação com a perspectiva decenal, com a vinculação de investimentos nas três esferas de governo, não é uma questão setorial, não é um item das despesas ou da rubrica de investimentos do tesouro da União, dos Estados e Municípios. Hoje, em síntese, temos o reflexo dessa disputa pela riqueza nos dois campos que estão em embate no relatório do PNE. As três questões centrais que polarizamos são: queremos que os investimentos em educação sejam considerados os investimentos em educação pública. Não aceitamos

que sejam compartilhados na conta dos 10% do PIB, para educação em dez anos, as renúncias fiscais, os gastos tributários indiretos do Prouni, a astronômica conta de financiamento privado – através do Fies – e muito menos aceitamos que o Governo Federal se desresponsabilize para complementar aquilo que os estados e os municípios deverão assumir para a implementação, em dois anos, do Custo Aluno Qualidade inicial. Consequentemente, nos oito anos subsequentes de vigência decenal do PNE, temos a implantação definitiva do CAQ – Custo Aluno Qualidade.

Do outro lado estão aqueles que não querem a responsabilidade do Governo Federal com a transferência para estados e municípios, dando cobertura ao CAQ inicial e ao CAQ final, aqueles que não querem que o Governo Federal assuma a sua responsabilidade com a implantação já do Custo Aluno Qualidade. Querem remeter para dois anos a definição do que vem a ser o cálculo do Custo Aluno Qualidade. Ao mesmo tempo, há aqueles que querem manter na conta do investimento em educação, considerando investimento público as desonerações tributárias e o financiamento das instituições privadas, ou seja, a partir de agora, querem implantar em educação o desastre que foi a privatização do SUS no Brasil, com a supremacia do gasto privado, com as desonerações a favor dos planos de saúde para as pessoas físicas. Isso levou o SUS a essa crise brutal de financiamento e de qualidade no atendimento à população.

Portanto, a discussão da dívida pública, diferentemente do que tentam fazer as agências, que são os porta-vozes do mercado, não é uma discussão contábil. Isso é uma falácia. A discussão da dívida pública é uma discussão de estratégia de desenvolvimento de soberania nacional, até porque a dívida pública não nasceu por si própria. A dívida pública, nos termos em que ela se consolidou no País, como dizíamos na CPI da Dívida Pública, é a expressão da supremacia de um conjunto de políticas de macroeconomia que procuram se apresentar à sociedade como ciência exata, mas que são na verdade convenções, como disseram vários economistas, a favor do capital, a favor da reprodução fictícia do capital portador de juros.

Então, a discussão da dívida pública precisa sair, e temos tentado fazer isto, desse cercado em que a mídia conservadora nos coloca. Eu diria que doze em cada dez jornalistas vinculados a essa pauta nos provocam na discussão da dívida pública e a primeira pergunta que fazem – já devem ter feito 1 bilhão de vezes à Maria Lúcia – é: "Ah, então vocês defendem o calote". Esse é o mantra que utilizam para tentar enquadrar, encurralar e enfraquecer a autêntica discussão sobre a questão da dívida pública, desqualificar a discussão da dívida pública. Por que eles não encaram a discussão da política monetária? Porque a discussão da política monetária, da taxa de juros, do câmbio, da taxa de investimentos, como proporção do PIB, é uma discussão fora do Parlamento?

Por que sequestraram o debate econômico da representação democrática da sociedade nas câmaras municipais – porque os municípios também sofrem o impacto do endividamento –, nas assembleias, na Câmara Legislativa do DF e, sobretudo, no Congresso Nacional? Porque, no momento em que sequestram a economia do

controle social e do debate democrático, ela passa a ser decidida nos corredores das instituições financeiras e das chamadas autoridades econômicas.

Reclama-se, muitas vezes, porque policiais federais ocupam o Congresso Nacional; sem-terra, sem-teto, trabalhadores e trabalhadoras ocupam as galerias – às vezes, até nos fazem paralisar as sessões. Essas ocupações são absolutamente ingênuas, comparadas com as ocupações nos corredores do Banco Central, do Ministério da Fazenda, das salas das autoridades. Estas definem, por exemplo, pelo Copom, qual deve ser o viés ou a taxa de juros. Às vezes, antecipadamente, definem, através da pesquisa Focus, como comentamos no artigo, os privilégios das grandes instituições financeiras que vão decidir qual deve ser a taxa de juros.

Eles não querem fazer o debate da política monetária, porque são movidos pela lógica de que a política monetária, as políticas macroeconômicas têm um fim em si: usar a política fiscal como sustentáculo, como âncora da dívida pública. Não importa se o País precisa resolver o problema da seca no semi-árido, se o País precisa duplicar o acesso ao ensino superior público no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, nas zonas rurais do sertão; não importa se o País precisa universalizar o programa Saúde da Família, se o País precisa zerar o déficit habitacional de água e saneamento nas grandes cidades. O que lhes importa é que a política fiscal seja sequestrada para servir de âncora à estabilidade da dívida pública. Então, um país inteiro é sequestrado em uma nova colônia, no século XXI, para responder aos interesses do novo modo de acumulação do capital, que é o modo de acumulação na esfera financeira.

Esse é um debate que precisa ser ampliado, é um debate que precisa ser reproduzido, é um debate que precisa ser tratado em todos os lugares deste País, porque, como tenho dito, a expectativa de chegar a um aparelho de Estado, com a eleição do Presidente Lula em 2002, tem feito com que, de um lado, algumas indicações tenham se consolidado no campo das políticas sociais, mas tem feito com que, do outro lado, a política estratégica tenha sido sequestrada e domada pela pequena política.

Há um fosso astronômico entre o que produzem hoje os institutos, os departamentos de economia, as instituições sociais do campo da economia, da dívida pública, da política monetária, e aquilo que baliza o balcão de negociações em que se transformou o Congresso Nacional. É o BBB do Congresso, não o BBB da televisão: é o blocão, a bravata e a barganha. É o blocão que quer sequestrar o governo das suas prioridades, a bravata das ameaças de não aprovarem os projetos, as medidas provisórias, e a barganha dos cargos, ministérios e da liberação de emendas parlamentares. É o BBB do Congresso. Então, sequestrou-se do Congresso, sequestrou-se da representação da sociedade a sua função estratégica, que é pensar o País a médio e a longo prazos.

Está coberto de razão o professor Carlos Lessa quando denuncia a supremacia do curtoprazismo: a inflação do mês e o PIB do ano, a inflação do mês e o PIB do ano, a inflação do mês e o PIB do ano.

O País teve a sua construção interrompida. Sequestrou-se do País o direito de discutir o seu futuro. E aquilo que são dogmas e convenções a favor do capital tem sido transformado em responsabilidade fiscal, em estabilidade monetária, conceitos que são tão importantes quanto manipuláveis da forma mais canalha possível.

Quem acompanhou a discussão, a aprovação e a vigência, nesses anos todos, da Lei de Responsabilidade Fiscal sabe que ela não foi feita com nenhum intuito de ser lei de responsabilidade coisa alguma. Mas é uma lei de ajuste, é uma lei de enquadramento das finanças públicas à nova lógica de acumulação do capital rentista com a supremacia dos papéis na dívida pública.

Eu redigia hoje um comparativo: dois países que têm a sua dívida pública equivalente a 70% do PIB não são países iguais. O que vai repercutir nas contas nacionais, no financiamento do desenvolvimento e na construção do futuro desses países são a razão da existência dessa dívida, as taxas de juros que são aplicadas aos contratos da dívida, o prazo de vencimento da dívida e a definição soberana da sociedade, através da sua sociedade civil e da representação política, acerca do que fazer com os vetores que geram a dívida pública. Era o que tentávamos fazer na discussão da CPI da Dívida Pública e fomos derrotados.

Quero aqui expressar a minha satisfação. Este não é um debate que possamos dizer que está pautado, muito menos nos partidos de esquerda em sua maioria no nosso País. Há uma renúncia de soberania, há uma renúncia de protagonismo, e os grandes temas estratégicos são substituídos pelos interesses particulares, sobretudo a barganha do Congresso Nacional, os cargos na Administração Pública, o financiamento das emendas parlamentares, as regras e as condições para a renovação dos próprios mandatos.

Nós viemos de um outro caminho, nós defendemos uma outra lógica, nós defendemos uma outra estratégia e queremos nos somar aqui mais uma vez a todas as entidades da sociedade brasileira, da área jurídica, da área econômica, da saúde, do campo da educação, da reforma urbana, da reforma agrária, dos direitos urbanos, porque nós precisamos fazer avançar essa discussão.

Nós estamos na eminência de ver o País ser mais uma vez enquadrado pelas agências internacionais, por instituições velhas como o FMI e o Banco Mundial, por novas instituições e ser enquadrado por uma oposição absolutamente fascista, que não quer discutir concretamente por que a economia não cresce, por que nós empacamos, por que o Brasil não faz desenvolvimento regional, por que não aumenta a taxa pública de investimentos no PIB. A oposição pura e simplesmente faz suas críticas, mas não explica ou, quando tenta explicar, comete os piores desastres, como têm sido as declarações da ex-Senadora Marina Silva, defendendo a manutenção do tripé câmbio flutuante, superávit primário e meta de inflação.

Eu fiz um comentário sobre esse depoimento dela e disse: "Marina, você se filiou ao PSB e tucanou?" Ela está defendendo aquilo de que o Banco Central tem

sido porta-voz, aquilo que a Febraban defende, aquilo que as agências e que os fundos internacionais defendem, que é o enquadramento da autonomia e da soberania do País.

Alguns estão agora defendendo a autonomia do Banco Central, o ajuste fiscal de longo prazo, as metas de longo prazo de superávit primário, o mais do mesmo. Qual é a diferenciação que há entre estes que querem ser sucessão a nível nacional daqueles velhos que geriram o País, que entregaram para eles a abertura indiscriminada ao capital internacional, que desregulamentaram, que entregaram o patrimônio, levando o País à brutal explosão da sua dívida pública – 60% da dívida líquida em relação ao PIB?

Nós estamos aqui para comemorar, nós estamos aqui para reafirmar a nossa utopia, o nosso sonho, inspirados em tantos cidadãos e cidadãs deste País que ao longo da sua vida se dedicaram a pensar o Brasil de forma soberana: Celso Furtado, Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, Tânia Barcelar – minha companheira com quem estive ontem pela manhã num debate sobre os desafios do Nordeste –, Maria Lúcia, da Auditoria Cidadã da Dívida Pública – com sua persistência.

Este País não pode se render à intervenção e à tutela dos grupos internacionais e das elites brasileiras que querem nos impedir de debater. Eles querem nos tirar o direito de fazermos o debate. Eles querem nos tirar o direito de discutirmos democraticamente que a nossa inflação não é uma inflação de demanda, que não se combate inflação com aumento de taxa de juros. Vários e vários economistas têm comprovado isto: quanto mais ao Brasil se aplica uma política de elevação das taxas de juros, mais ele aprecia o câmbio, mais ele desindustrializa, mais ele fragiliza a capacidade de investimento, mais ele sequestra o Estado.

Ontem, Tânia Bacelar nos dizia: "Se a lógica hoje do Governo Federal é entregar a infraestrutura para os fundos financeiros, a lógica dos fundos e dos investimentos privados na infraestrutura é a taxa de retorno." Onde a taxa de retorno é mais alvissareira? É exatamente nas regiões mais adensadas, do ponto de vista da indústria, do ponto de vista do conhecimento, é exatamente aquela parcela do Brasil localizada no Sul e no Sudeste.

Então, se depender da privatização do financiamento da infraestrutura, nós não teremos como ofertar à população, como ofertar à própria demanda com expansão da atividade econômica, com desconcentração territorial da atividade econômica. Por exemplo, no Nordeste, no Norte, na Amazônia, a taxa de retorno – à luz do que possa vir a ser a taxa de retorno no Espírito Santo, em Minas Gerais, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná ou no Rio Grande do Sul – é absolutamente inferior.

Esses são os desafios que nós temos pela frente. Devemos denunciar que a dívida pública é um mecanismo que sequestra o futuro, que sequestra a esperança. Ela sequestra um país que quer ampliar a participação dos trabalhadores na riqueza nacional, que quer deixar de ser no século XXI uma velha colônia do século XVI, que

não se contenta em cantar como se canta no Hino Nacional: "Deitado eternamente em berço esplêndido, ao som do mar e à luz do céu profundo", nem muito menos quer que permaneça no parágrafo da carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal o "em se plantando, tudo dá."

Se em se plantando tudo dá e se nós vamos ficar deitados eternamente em berço esplêndido, para que educação pública de qualidade para todos? Se a economia é de monocultura, para que valor agregado? Para que inovação tecnológica, para que ciência e tecnologia, se nós vamos continuar comemorando os números da balança comercial como exportadores de produtos primários, minerais e de bens básicos? Estamos profundamente deficitários no balanço de pagamentos e nas transações comerciais com bens de média e alta tecnologia.

Eu pessoalmente considero que esse modelo está esgotado, esse modelo que financiou a ascensão de parcelas das classes sociais para a chamada grande classe média e que financiou o acesso ao mercado de consumo. Andamos em comunidades – nós Parlamentares fazemos muito isso – em que as pessoas não têm a escritura da casa, não têm a saúde pública, não têm uma parada de ônibus, mas se endividaram para comprar uma geladeira e uma televisão de tela plana. Isso é o melhor dos mundos. É a grande reforma capitalista de mercado que foi feita sem que se alterassem as grandes estruturas de poder e de riqueza no País. Na minha opinião, esse modelo está esgotado. Se nós vamos ter condições de discuti-lo nessa eleição e de gerar dessa discussão uma alternativa, o tempo e a persistência vão nos dizer.

Portanto, meu caro companheiro Deputado Chico Leite, parabéns ao seu mandato por encabeçar, receber, compartilhar e apoiar essa iniciativa. Mais uma vez parabéns à Auditoria Cidadã da Divida Pública. O meu grande abraço a todos e a todas, àqueles com quem nós temos construído esses sonhos. Gostaria de dizer, como cantava Gonzaguinha: "a vida devia ser bem melhor e será".

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Eu quero agradecer imensamente ao nosso professor Deputado Paulo Rubem Santiago a aula.

Continuando o debate, só observando os dez minutos, depois dessa aula brilhante de cada um dos companheiros e companheiras que aqui à Mesa estão com esse desafio, eu quero passar a palavra à Sra. Maria Lúcia Fattorelli.

Gostaria de saudar a presença do coordenador executivo da Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União – FENAJUFE, o companheiro Luis Cláudio Corrêa. Seja bem-vindo entre nós.

DRA. MARIA LÚCIA FATTORELLI – Boa tarde a todas e todos que vieram participar desse debate. Muito obrigado ao Deputado Chico Leite e a toda equipe de seu gabinete que se mobilizou para realizar essa sessão especial, ao Deputado Paulo Rubem, ao Toninho, ao Prof. Sadi, ao Adriano e a nossa querida Eugênia, uma grande liderança que assumirá hoje oficialmente o núcleo do Distrito Federal.

Eu vou abordar rapidamente a questão da conjuntura nacional e o sistema da dívida, porque a Eugênia falará sobre a questão da dívida do Distrito Federal.

Eu quero começar recordando essa conjuntura presente de junho para cá, os movimentos sociais em todo o País. Milhões de brasileiros foram às ruas demandando direitos sociais. Foi um movimento espontâneo que tomou conta de muitas cidades. Estão aí algumas fotos ilustrativas. Mais de cem cidades brasileiras foram tomadas por milhões de pessoas reclamando por direitos sociais. Qual é a resposta para toda essa população? Porque o Brasil não é qualquer país.

Por que falta atendimento aos direitos sociais aqui no Brasil, se o Brasil é um dos países mais ricos do mundo, se nós somos a sétima economia mundial – com a divulgação do novo PIB poderemos voltar a ser a sexta? A resposta está nesse gráfico aí. Essa pizza muito mal repartida do orçamento federal que mostra a destinação de mais de 40% dos recursos em 2013 para juros e amortizações da dívida. Afinal, que dívida é essa? Quem conhece a contrapartida dessa dívida? Quem se beneficiou dessa dívida? Ninguém sabe responder. Por isso, demandamos por uma auditoria, Deputado Paulo Rubem. Queremos uma auditoria, Deputado Chico Leite.

As pessoas que falam em calote querem desqualificar o movimento. Mas o que queremos é conhecer essa dívida, porque somos nós, os cidadãos brasileiros, que a estamos pagando com os tributos embutidos em tudo o que consumimos, com a ausência dos serviços públicos a que temos direito e com uma vida muito aquém da que deveríamos e poderíamos levar.

Esse gráfico responde também por que a Previdência Social é tão atacada no nosso País. Os rentistas, como foi muito bem colocado aqui na aula do Professor Paulo Rubem, não estão satisfeitos com o que já têm e querem enquadrar ainda mais o nosso País. E por que atacam a Previdência, falam de um déficit que não existe? Porque a Previdência ainda ficou com 24% dos recursos. Eles não vão querer tirar do saneamento, que ficou com 0,04%; da saúde, que ficou com só 4%; ou da educação, que ficou apenas com 3%. Eles vão tentar tirar mais ainda da Previdência, que ainda tem 24% dos recursos. A análise desse quadro nos permite compreender esse paradoxo que existe no nosso País.

Esse outro é o gráfico de 2014, o orçamento do ano vigente. A distribuição é praticamente a mesma. A proposta é destinar 1 trilhão e 2 bilhões para a dívida pública. Já está dado o arrocho, um enquadramento mais gravoso ainda com o ajuste fiscal que o Deputado disse. Se aquela pizza mal repartida mostra o retrato de um ano, olhem o que está acontecendo com a destinação dos dados desde o Plano Real: saúde e educação estão lá embaixo. A educação é aquela linha azul clara e nunca passou de 50 bilhões, nem chegou a isso; saúde e saneamento nunca passaram dos 80 bilhões. Pessoal e encargos... Gostam muito de dizer que os servidores públicos são os responsáveis pelo rombo das contas públicas. Mentira. A Previdência cresceu, dado o volume de aposentados, mas olhem lá os gastos com a

dívida pública. Se, de fato, concretizar-se o destino de 1 trilhão para a dívida pública em 2014, furará o teto, não caberá no gráfico.

Dentro dessa conjuntura, qual a justificativa? Não há dinheiro. Não é verdade, dinheiro existe. A questão é para onde ele está indo. Diante dessa opção feita, em face da alegação de ausência de recursos, o País está sendo leiloado.

Recentemente, no final do ano passado, num seminário feito nos Estados Unidos, no auditório do Goldman Sachs, não foi em um espaço público, estavam as maiores autoridades do País, a Presidenta da República, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central, o Presidente do BNDES, o Ministro da Indústria e do Comércio, oferecendo o tal PIL – Programa de Investimento em Logística. No Brasil, estão sendo leiloados aeroportos, portos, rodovias, ferrovia, energia. Leiloamos Libra. Estamos entregando o nosso patrimônio. Se o Partido dos Trabalhadores, quando estava na oposição, criticou com muita propriedade a privatização das empresas estratégicas e lucrativas; agora, no poder, está leiloando estrutura de Estado, Deputado. É preciso fazer esse discurso, pois se está leiloando estrutura de Estado, o que afeta a nossa segurança, a nossa soberania. A própria condição de país está sendo afetada. Todos nós estamos pagando por isso, pois pagamos os tributos e deveríamos receber de volta os serviços públicos. Esse diagrama mostra de uma forma bem didática o que está acontecendo, só que nós recebemos magrinho. Pagamos muito e recebemos de volta uma pequena parte, porque a maior parte está sendo direcionada através de juros para os bancos. Os bancos devolvem uma pequena parte na compra de novos títulos, porque o sistema se autorrealimenta, devolvem uma parte com crédito fácil para a sociedade.

Quem nunca recebeu um convite, até por celular, para pegar um empréstimo? E por que eles oferecem tanto? Porque eles recebem de volta, recheado de altos juros, os juros mais altos do mundo, extorsivos. Ontem foi divulgado o lucro da Caixa Econômica Federal, um banco social: quase 7 bilhões de reais. Por quê? Porque está dentro desse esquema de financeirização, de privilégios para o setor financeiro. Os bancos investem principalmente em especulação, e, quando têm prejuízo, o poder público vai lá e salva, como salvou no Proer, no Proes, e salva todo dia com essa política monetária totalmente equivocada. O resultado é um paradoxo inaceitável. Nós estamos muito distantes do Brasil com que um dia sonhamos, como dizia Celso Furtado. Cada vez mais distantes, parece.

Somos uma das maiores economias do mundo, um dos mais injustos, onde o fosso social entre ricos e pobres é dos mais cruéis, dos mais distantes. Somos o 85º no *ranking* dos direitos humanos, segundo o IDH medido pela ONU; o penúltimo no *ranking* da educação; um dos últimos no *ranking* da saúde; e 128º no *ranking* do crescimento econômico. Lógico, com os recursos esterilizados nesse processo insano de dívida.

Nos meus minutos finais, eu queria abordar exatamente a questão da dívida. Que dívida é essa? Nós temos nos dedicado no nosso movimento, de fato, com muita persistência, a examinar que dívida é essa. E o nosso grande salto nos últimos

anos foi determinar que existe um sistema da dívida. A dívida não é algo isolado. Existe um sistema. Esse sistema significa a utilização do endividamento público às avessas. Todo mundo pensa em dívida quando recebe um dinheiro, recebe um recurso e aí fica devendo. Todo mundo pensa isso. Pois bem, no caso da dívida pública, não tem sido sempre assim. Pelo contrário, as dívidas são geradas. Muitas vezes, em grande parte das vezes, o recurso nunca chega, mas a dívida aparece. Dívidas privadas são transformadas em dívidas públicas. A cidadania, o País não recebeu nada, mas a dívida foi escriturada. E agora, na hora de pagar, quem paga? A cidadania, a sociedade, o Estado.

Essa é a utilização do endividamento. Em vez de ser o mecanismo de aporte de recursos, tem sido o mecanismo de subtração contínua e crescente de recursos. Esse sistema se reproduz internacionalmente. Nós temos analisado a dívida de países latino-americanos, de países europeus. A crise na Europa mostra muito isso. Os países salvaram bancos e, de repente, a dívida pública deles explodiu. O que eles receberam? Não receberam nada. Eles receberam a dívida escriturada. A principal característica do sistema da dívida: ausência de contrapartida real. E o maior beneficiário no mundo todo? O setor financeiro. Esse sistema está conectado com o modelo econômico.

Quando analisamos sob a forma de sistema, entendemos direitinho a aula que o Professor Paulo Rubem acabou de dar. Por que o sistema de metas de inflação é desse jeito? Porque é desse jeito que ele privilegia o sistema da dívida. Por que a taxa de juros é equivocadamente extorsiva? Porque é desse jeito que se privilegia. Por que nós temos a principal meta no País, a meta de superávit? Está conectada com o sistema. É para satisfazer o sistema. E aí vêm os privilégios financeiros retratados no gráfico do orçamento.

O sistema legal. Leis foram modificadas para atender a demanda do sistema, com muitas distorções. Tudo isso tem que ser revisto.

O sistema político. Quem financia as maiores campanhas eleitorais? Não é segredo para ninguém. Basta olhar na página do TSE. O número 1 são os grandes bancos. Depois, é claro que eles vão cobrar essa fatura tanto no benefício, através do sistema da dívida, como nas benesses tributárias, nas anistias – como a da Medida Provisória nº 615 –, no REFIS – Programa de Recuperação Fiscal e em outras coisas mais.

A corrupção. A corrupção é fundamental para o sistema da dívida, por dois motivos: para que sejam exercidos os atos corruptos que permitem a sangria ilegal e ilegítima de recursos e, também, porque a corrupção de varejo serve de cortina de fumaça para que as pessoas não percebam a verdadeira corrupção. Por exemplo, do tal mensalão – que ficou na mídia meses e meses, ocupando-a completamente –, qual foi o recurso comprovado? Não chegou a 200 milhões. Não estou aqui defendendo isso, não. Toda corrupção tem que ser combatida, repudiada, reprimida e punida, mas foram 200 milhões. Por dia, no ano passado, a dívida subtraiu mais de 2 bilhões – por dia! Por dia, nós tivemos mais de dez mensalões. E qual foi o

escândalo que a TV mostrou? Qual foi o escândalo da dívida mostrado? Não foi mostrado!

Bem-vindos, estudantes. Entrem.

Então é isso: a corrupção tem servido de cortina de fumaça, ela é importantíssima para o sistema da dívida.

A grande mídia não aborda o tema, e, quando aborda, aborda de forma distorcida, falando em calote, desinformando, com raríssimas exceções.

Então, o que sobra? Sobra uma grande dominação financeira com graves consequências sociais e a responsabilidade da sociedade civil, porque, se não formos nós a abraçar isso – nós que pagamos a conta –, se não formos nós a abraçar essa luta, divulgando-a, a democratizar esse conhecimento, quem o fará? Quem está usufruindo dessas benesses não tem interesse em modificar isso. Olhem o lucro dos bancos. Não é?

A dívida externa. Equivocadamente muita gente acha que ela acabou, por causa do anúncio do ex-Presidente Lula de que havia pagado o FMI. O FMI era apenas um dos credores. Recebeu antecipadamente 15 bilhões de dólares, um pagamento que sequer foi interessante para o País, porque os juros que o Brasil pagava ao FMI eram de 4% e, para pagar o FMI, o País emitiu dívida interna a mais de 19%. Nós trocamos uma dívida que custava 4% para uma que passou a custar 19%. Uma que estava em dólar, que vinha caindo a partir de 2005, por uma em real, que passou a ser valorizado a partir dessa data. Então, foi um péssimo negócio financeiro para o País, mas rendeu muitos frutos políticos e ainda gerou toda essa desinformação.

A dívida externa hoje está em quase 500 bilhões de dólares. É verdade que grande parte dela é privada; porém, ela tem a garantia do Tesouro, e os bons manuais de Contabilidade nacionais e internacionais mandam contabilizar como dívida toda aquela obrigação assumida. Então, se há o aval do governo, temos que considerar a dívida total de 500 bilhões de dólares. Além disso, não foram poucas as vezes em que a dívida pública foi privatizada.

Não vai dar tempo de eu falar do histórico da dívida, mas nós temos que lembrar que essa dívida externa atual iniciou-se na época da ditadura, de uma forma totalmente sem transparência, como nós provamos durante a CPI da dívida, e vem crescendo continuamente. A dívida chamada interna já está em quase 3 trilhões de reais e paga os maiores juros do mundo. Ainda ontem, os jornais divulgaram 2,2 trilhões. Por quê? Porque eles falam da dívida líquida. Isso é uma das maquiagens, um dos artifícios usados para amenizar a problemática da dívida pública, mas ela já está em quase 3 trilhões.

Durante a CPI, nós descobrimos uma série de indícios de ilegalidades e ilegitimidades, tanto na dívida externa como na interna, conflito de interesses, porque são os mesmos bancos que definem as taxas de juros que, depois, vão lá e têm o privilégio de comprar os títulos.

Esse gráfico mostra quem são os detentores dos títulos, só em grandes blocos, porque aqui no Brasil são considerados informação sigilosa os detentores dos títulos da dívida. Nos Estados Unidos, é divulgado nominalmente quem detém os títulos da dívida americana. Aqui no Brasil, a gente só sabe em grandes blocos, e são os grandes bancos os maiores detentores.

Aqui nós temos uma grande denúncia do privilégio dos bancos que têm o poder de comprar os títulos diretamente. Quando o Tesouro faz os leilões, somente um grupo de doze bancos, os chamados *dealers*, têm o poder de comprar os títulos diretamente. Entre esses *dealers* estão vários bancos estrangeiros comprando diretamente aqui os títulos da dívida interna. Está o Citibank, o JP Morgan, o Barclay, o HSBC, o Santander e vários outros bancos estrangeiros, comprando diretamente aqui a dívida interna.

Quando o Tesouro oferece os títulos, se a taxa de juros não está no patamar que lhes interessa, eles simplesmente não compram e forçam a alta dos juros. É por isso que, quando a Selic estava em 7,5% ao ano, com muita propaganda, os títulos foram negociados a quase 11%. A Selic estava em 7,5%, mas os títulos foram vendidos a 11,5%. Então, os *dealers*, os bancos, não foram afetados pela queda de Selic.

Da mesma forma, em janeiro deste ano, a SELIC ainda estava em 10,5% – ainda não tinha subido para 10,75% –, e os títulos foram vendidos a mais de 13% ao ano. Então, é por isso que eles se chamam *dealers.* Vocês já viram, no jogo de pôquer, quem manda no jogo? São os *dealers.* Não é à toa que está lá na página do Tesouro Nacional: *dealers.* São eles que mandam no jogo da dívida e eles que mandam na taxa de juros.

Tudo isso tem que ser revisto. Temos que jogar luz sobre esse processo, e a ferramenta para dissecar esse endividamento público é a auditoria. Nós queremos fazer uma auditoria com participação cidadã, porque ela está prevista na Constituição Federal de 1988, e até hoje os órgãos públicos que deveriam ter realizado essa auditoria – a Câmara Federal, junto com o Senado, com a assessoria do Tribunal de Contas e dos demais órgãos que manejam o sistema da dívida no Brasil – não cumpriram essa disposição constitucional.

Então, cabe à cidadania continuar persistindo, cobrando, investigando e denunciando. A Auditoria Cidadã da Dívida tem cumprido esse papel, tudo o que descobrimos está disponível em nossa página e em publicações didáticas. Um dos passos mais importantes aqui no Brasil foi a CPI na Câmara dos Deputados, mas ainda não foi auditoria.

Quero finalizar ressaltando o caso do Equador. O Presidente do Equador, em 2007, baixou um decreto, criou uma comissão para fazer auditoria oficial da dívida. Depois de um ano e quatro meses de trabalho, de posse do relatório, ele se deparou com todas as fraudes que nós conseguimos documentar e tomou um ato soberano: ofereceu aos detentores dos títulos a possibilidade de resgatar os títulos por no

máximo 30% do valor de face. Qual foi a grande surpresa? Noventa e cinco por cento dos detentores dos títulos entregaram-nos e ainda assinaram um acordo de que não entrariam na Justiça contra o Equador, em qualquer tribunal do mundo. O Equador conseguiu anular 70% de sua dívida externa em títulos.

E qual está sendo o resultado naquele país? Nesse gráfico vocês podem ver: as colunas azuis correspondem ao gasto social e as colunas vermelhas, ao gasto com a dívida. Olhem lá: a partir de 2008, quando entregamos o relatório, ele já suspendeu o pagamento dos juros e investiu os recursos em saúde, educação, direitos sociais; no ano seguinte, o direito social triplicou e o gasto com a dívida reduziu a um terço. É isso que nós queremos que aconteça aqui no Brasil.

Com isso eu concluo com o chamamento para que a sociedade participe da Auditoria Cidadã. Venham integrar o núcleo porque nós temos que denunciar esse instrumento do endividamento usurpado. A gestão das políticas públicas no nosso País está orientada para interesses privados e não deve e não pode continuar sendo assim. As consequências têm sido graves demais. As consequências sociais do desemprego, sacrifício social, exclusão, miséria e violência. Não é?

Nós temos que ter estratégias de ação, e uma das principais é a democratização desse conhecimento. Por isso é que nós fomentamos a criação de núcleos locais e também contribuímos com a produção de publicações didáticas – espero que a editora já tenha chegado para divulgar para vocês.

Nós temos livros sobre a dívida dos estados, o único livro sobre a dívida dos estados no País. Temos um caderno de estudos e recentemente lançamos *Auditoria Cidadã da Dívida Pública: Experiências e Métodos,* que está disponível aqui e cujo lançamento oficial será na OAB em maio. Na semana que vem vai ser lançado na Espanha também, traduzido para o espanhol.

Essa tem sido a contribuição do movimento. Eu espero que todos reforcem cada vez mais essa luta porque está em nossas mãos. Deixo para inspirar a todos nós uma frase do Marx, um chamamento à cidadania: "A emancipação dos oprimidos será obra deles mesmos". Está em nossas mãos.

Muito obrigada, gente.

(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Eu quero parabenizar a Dra. Maria Lúcia Fattorelli porque ela fez parte, e todos aqui sabem, desta comissão instituída pelo Presidente do Equador.

Passo a palavra à Dra. Eugênia Lacerda, com quem nós temos hoje, inclusive, um ato solene. A senhora pode ficar à vontade.

SRA. EUGÊNIA LACERDA – Boa tarde a todos e a todas. Eu sou Eugênia, coordenadora do núcleo do DF. Hoje, quando eu estava vindo para cá, passei no posto de gasolina para abastar e perguntei para o frentista se ele tinha noção de por que a gasolina era tão cara, sendo que o Brasil é um país rico. Ele disse não saber, e

aí eu entreguei um convite sobre o lançamento do núcleo do DF, o convidei e falei: a Auditoria Cidadã da Dívida tem as respostas. Mal sabe ele que o problema está no sistema da dívida.

Agora eu vou passar a falar para vocês sobre o sistema da dívida no DF.

Esse é o gráfico que demonstra o Orçamento geral da União executado em 2013. O total de arrecadação é de 1 trilhão e 783 bilhões. Ali na parte de baixo, no roxo, nós podemos ver que as transferências aos Estados e Municípios são de apenas 10,43%. A transferência para o DF é de apenas 0,69% do Orçamento. Já nesse segundo gráfico nós podemos ver – aqui são as receitas do Distrito Federal de 2013, totalizando 27 bilhões – que 46% das receitas são provenientes de transferências federais, e o que nós podemos concluir com isso? Podemos concluir que o DF depende do governo federal. Portanto, auditar a dívida federal é lutar por mais recursos para o DF.

Esse próximo gráfico mostra a dívida do DF com a União. A dívida do DF com a União foi refinanciada nos termos da Lei nº 9.496, de 1997. Essa tabela foi obtida durante a CPI da Dívida que ocorreu na Câmara dos Deputados em 2009 e 2010.

A dívida refinanciada foi de cerca de 642 bilhões e, apesar dos pagamentos efetuados pelo DF desde 1999, o estoque dessa dívida praticamente dobrou. Como é possível o pagamento de uma dívida e uma dívida dobrar? Só de juros, como vocês podem ver na tela, o DF pagou 141 milhões à União. E a União não usa esse dinheiro em contrapartida para a sociedade com serviços públicos de qualidade. Usa esse dinheiro para pagar a própria dívida.

É importante ressaltar também que a taxa de juros nominais cobrada pela União é extorsiva. Em 2013 foi de 11,85% enquanto o BNDES faz empréstimos para empresas privadas a juros fixos de apenas 4%. Gente, isso tem que ser revisto.

Esses 141 milhões que eu falei para vocês, pagos em um ano, fazem falta à população. Ali naquela tela a gente pode ver o quadro de desemprego do DF. Apesar de sermos a capital de um dos países mais ricos do mundo, como disse a Maria Lúcia Fattorelli, a taxa de desemprego geral foi de 12% em setembro de 2013, o que corresponde a 175 mil desempregados no DF. O percentual de desemprego é ainda mais grave em alguns setores, como é o caso da Região Administrativa III, onde a taxa de desemprego é de 15,1%. Essa região envolve Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas, 14,1% para mulheres, 28% para as pessoas de 16 a 24 anos e 13% para negros.

Essa situação de desemprego está diretamente relacionada ao crescimento da violência no DF. Esses 141 milhões de juros pagos em apenas um ano poderiam ser usados para gerar empregos para a maioria dessas pessoas.

Esse próximo *slide* demonstra a extrema desigualdade social no DF. É inaceitável essa situação. Mostra a renda *per capita* mensal das regiões administrativas do Distrito Federal e dos municípios de sua área metropolitana. Esses são dados de 2010, porque nós não conseguimos dados mais recentes.

Como vocês podem ver, apenas as seis primeiras regiões estão acima do mínimo existencial calculado pelo Dieese, que atualmente é de R$2.758,46. A grande maioria de Valparaízo tem a renda *per capita* abaixo do salário mínimo.

A Maria Lúcia Fattorelli falou sobre a dívida em âmbito federal e internacional. Esse sistema se reproduz aqui nos Estados, o que inclui o DF também. A primeira característica desse sistema é a ausência de contrapartida, ou seja, não se sabe que dívida é essa que cresce a partir de mecanismos meramente financeiros, como a cobrança de juros nominais extorsivos, como eu já mencionei. A dívida interna do DF corresponde ao refinanciamento feito pela União com base na Lei nº 9.496, de 1997, conforme a tabela que eu já mostrei no início.

Esse refinanciamento não veio isolado, ele fez parte de um pacote que exigiu a implantação de plano de ajuste fiscal, que significou o corte de gastos sociais, além de privatizações de diversos itens do patrimônio dos Estados. Em quase todos os outros estados, ao estoque da dívida refinanciada ainda foi somado o passivo dos bancos estaduais no esquema denominado Proes.

As condições impostas pela União aos Estados têm sido tão onerosas que nós observamos um crescimento da dívida externa nos Estados. Ou seja, estamos recorrendo a empréstimos ao Banco Mundial e a bancos privados internacionais para pagar a União. Isso é mais uma aberração do sistema da dívida.

Aquele livro, *Auditoria cidadã da dívida dos estados,* aponta uma série de fraudes no processo de endividamento dos estados. E a consequência desse processo tem sido um enorme sacrifício social. Esse livro é o único sobre a dívida dos estados no Brasil. Talvez por isso, o frentista que eu citei no início não soubesse o que é a dívida pública.

O Governo Federal concentra a arrecadação dos tributos, e os estados ficam reféns, porque o governo pode reter o fundo de participação do estado caso não seja paga a dívida pública. E qual é a gênese do refinanciamento? É o acordo com o FMI. Um dos dispositivos desse acordo diz que, para facilitar um maior fortalecimento das finanças públicas, em outubro, o Executivo submeterá ao Congresso propostas de mudanças institucionais que procurem fazer modificações na distribuição de receitas tributárias entre os Governos Federal, estaduais e municipais para 92 e 93. Estabelece também a proibição de novas emissões de títulos de dívidas pelos estados e um programa de reestruturação de dívida no qual o Governo Federal vai assumir as dívidas dos estados em troca de um programa de ajuste de dois anos, que vai facilitar a reestruturação dos gastos dos estados. Isso significa a submissão do Brasil ao FMI, com reflexos para os estados, o que inclui o Distrito Federal.

As ilegalidades e ilegitimidades são muitas. A primeira delas é o anatocismo, que é a prática de juros sobre juros. O próprio STF, em sua Súmula nº 121, já dispôs que essa prática de anatocismo é ilegal, mas, mesmo assim, ela ocorreu. Outra ilegalidade é a dívida que não tem sido auditada. Como vocês podem ver na tela, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais confirmou que não audita a dívida em

um ofício. Outra ilegalidade é a ausência de alternativa para os estados. No mesmo ano de 1997, o Decreto nº 2.372 proibiu a realização de operações de crédito com instituições financeiras federais. Os estados ficaram sem alternativas para se autofinanciarem, pois já tinham sido proibidos de emitir seus próprios títulos estaduais e, em 1997, ficaram impedidos de acessar empréstimos junto aos bancos federais. O objetivo disso tudo foi obrigar os estados a aderir ao refinanciamento imposto pela União nos moldes acordados pelo FMI.

A consequência disso tudo é a maior das ilegalidades, que é o dano financeiro e patrimonial dos estados, principalmente decorrente do custo excessivo das taxas de juros exorbitantes cobradas pela União. O argumento do governo para reduzir a dívida é que a redução dos pagamentos dos estados comprometerá as finanças federais, mas o art. 12 da Lei 9.496 é claro e diz que a receita proveniente do pagamento dos refinanciamentos será utilizada no pagamento de suas próprias dívidas. Não tem jeito. A solução para o pagamento da dívida dos estados também passa pela auditoria da dívida federal. E esse é o perfil dos estados. A dívida foi renegociada com a União no montante de 95%. Houve o crescimento do endividamento dos estados com o Banco Mundial, e há assessoria do Banco Mundial para fundos de pensão nacional e sub-regional. A aposentadoria é algo para ser seguro, e o fundo de pensão é algo que é inseguro.

Há esse projeto, e o objetivo é significativas reduções dos custos das aposentadorias. Os estados que já manifestaram interesse são 23. Já houve recursos liberados para 18. E lá está o Distrito Federal.

Este *slide* demonstra o crescimento acelerado da dívida externa dos estados. Desde 2008 até 2012, nós podemos ver o quanto ela cresceu e como é possível pagarmos a dívida e ela continuar crescendo e dobrando.

A dívida pública impede a vida digna e o atendimento aos direitos humanos. Da mesma forma que na dívida federal, nós do Núcleo-DF também queremos saber que dívida é essa que o DF paga. Nós queremos saber de onde veio toda essa dívida pública. Nós queremos saber quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos. Nós queremos saber o que realmente devemos, quem contraiu tantos empréstimos, onde foram aplicados esses recursos e quem se beneficiou desse endividamento. Nós queremos saber, por fim, qual é a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo. Somente uma auditoria poderá responder a essas questões.

Para que a auditoria aconteça, nós temos estratégias de ação. A primeira é o conhecimento da realidade; é levar o conhecimento para, por exemplo, o frentista e dizer a ele como funciona o sistema da dívida. Além disso, nós temos que mobilizar a sociedade, fazer uma mobilização social consciente. A ação concreta é auditar a dívida pública. Não é auditar porque a gente gosta de números. É auditar porque vamos objetivar atender aos direitos humanos, como aconteceu no Equador.

Para fazer tudo isso, estamos formando núcleos, como é o caso aqui do DF. A primeira reunião do Núcleo-DF foi realizada no dia 7 de dezembro de 2013, mas, mesmo antes do lançamento, que está acontecendo hoje, já fizemos várias reuniões e várias atividades. Inclusive já protocolamos ofício em que solicitamos dados relacionados à dívida pública do Distrito Federal, à Secretaria de Fazenda do DF, mas não obtivemos resposta até agora. Já distribuímos panfletos em várias atividades e formamos grupos para facilitar a organização, que é o grupo de estudos, mobilização, comunicação jurídica e atividades.

Todos aqui estão convocados para participar do Núcleo, porque nós ainda somos muito poucos. Para quem acha que é uma luta impossível, eu deixo para vocês esta mensagem de Charles Chaplin: "Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades. Lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível."

Eu convido vocês a enfrentar as impossibilidades. Nós do Núcleo-DF da Auditoria Cidadã da Dívida contamos com a participação de vocês.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Dra. Eugênia Lacerda, Coordenadora do Núcleo-DF da Auditoria Cidadã da Dívida.

Eu queria, inclusive, pedir licença a todas e a todos que aqui estão para fazermos, neste momento, o procedimento de posse da Dra. Eugênia na Coordenação do Núcleo-DF. Eu estou aqui com o termo em mãos: "Toma posse nesta data, 27 de março de 2014, em audiência pública realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal, presidida pelo Deputado Chico Leite, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, como Coordenadora do Núcleo-DF da Auditoria Cidadã da Dívida Dra. Eugênia Lacerda, na forma consignada abaixo".

Eu queria convidar a Dra. Maria Lúcia Fattorelli para dar posse.

Eu queria convidar a Dra. Eugênia Lacerda que viesse aqui à mesa. (Palmas.)

Em nome dos presentes, eu peço licença para assinar como testemunha. (Pausa.) Muito obrigado.

Esta é outra parte do nosso sonho: que nós, qualquer hora dessas, , que as mulheres estejam em maioria, que estejamos a lutar por composição paritária para homens. Fico muito feliz com isso.

Quero só esclarecer que o Cerimonial tem me observado sobre o tempo. É claro que um tema como esse, extremamente provocador e com suas naturais contradições, exige dos palestrantes um debate mais aprofundado e, por isso, mais longo.

Eu queria, com essa observação, pedir aos nossos palestrantes, ao Prof. Sadi Dal Rosso, ao Adriano e ao Dr. Toninho, que iniciassem, então, os comentários sobre essas projeções muito interessantes para nós.

Para começar, concedo a palavra ao Prof. Sadi Dal Rosso.

PROFESSOR SADI DAL ROSSO – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Presidente da Mesa, Deputado Chico Leite, e o Deputado Paulo Rubem Santiago, que aproveitou-se da oportunidade para fazer uma tirada. Nós nos conhecemos desde o século passado, não é verdade? Desde o milênio passado. Mas estamos aqui, hein, Toninho? Movimento sindical, estamos aqui, na resistência! Isso é bom.

Quero também cumprimentar o Adriano; a Eugênia, que acaba de tomar posse na Coordenação do Núcleo; a Maria Lúcia Fattorelli e, repetindo, o Toninho e os companheiros aqui presentes, os ativistas de movimentos sociais, de organizações sindicais, de outras entidades de luta aqui do Distrito Federal, que estão aqui, apoiando essa luta pela auditória cidadã da dívida.

Vejo estudantes da UnB, vejo também professores. Vejo que também estão aqui presentes pessoas que passaram pela universidade. Isso tudo nos mostra que a questão da auditoria da dívida tem repercussão dentro da universidade. Primeiramente pela razão prática, porque nós, sociedade brasileira, não estamos ainda oferecendo educação de 3º grau para toda a população que a procura. Não estamos.

Tem muita gente, neste ano de 2014... O Sisu, o Enem, tudo foi altamente publicizado. Mas foram milhões de jovens que quiseram entrar na universidade e não conseguiram. Simplesmente aquele futuro é cortado ou, então, eles terão que se arrumar nessas universidades privadas. Mas se a pessoa não tem alto poder aquisitivo, ela não entra nessas universidades, sabemos.

Então, em primeiro lugar, a universidade tem (Ininteligível.) por essa razão pratica. Precisamos oferecer serviços de educação para a população.

Creio que há razões mais profundas dentro da ética da vida universitária, porque a universidade é o lugar de produção do conhecimento, e o conhecimento tem a ver com a verdade. Quando falamos de auditória da dívida, estamos colocando em dúvida questões da dívida.

Quando olhamos para a juventude que entra na universidade... Por isso são questões que pegam muito bem para o estudante, porque ele também vai para a universidade com aquela ansiedade de buscar a verdade, o conhecimento, a coisa, o justo, o certo, e se engaja naquelas lutas. É por isso que a questão da auditoria cidadã da dívida encontra espaço na alma do estudante brasileiro. Ele busca o justo, o certo, o correto, não o ilegal, o conflito de interesses, o ilegítimo, a corrupção, os erros voluntariamente introduzidos como dívida.

Vejo muitas relações entre a universidade e a questão da dívida. Por isso estamos presentes para apoiar todo esse movimento. Eu, de dentro da universidade, represento exatamente as pessoas que estão implicadas, que se sentem importunadas com esses problemas – digamos – que aparecem como dívida, aquilo que não é o pagamento da dívida, e os direitos sociais são solapados.

Eu gostaria, para encerrar, de deixar talvez um mote que acho que pega bem, viu, Maria Lúcia? Digamos que uma das grandes razões pelas quais apoiamos isso é porque auditoria rima com democracia. Então, vou deixar esse contributo final de um pequeno refrão: auditoria rima com democracia. E aí não é só a universidade, mas a sociedade brasileira no seu conjunto, a democracia real, a democracia efetiva. Claro que pensamos mais do que isso, mais à frente do que isso. Pensamos, inclusive, em uma via de uma resposta socialista para a sociedade brasileira em que – digamos – os problemas do capitalismo possam ser superados. Mas, neste momento, auditoria rima com democracia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito bem, Prof. Sadi. É uma honra tê-lo entre nós.

Quero aproveitar para saudar algumas presenças: Dr. Felipe Martins Pinheiro Silva, analista tributário da Receita Federal e do Sindireceita; Sr. Luiz Carlos Ballock, Presidente do Instituto Aliança Livre; Sr. Robson da Silva, professor e também membro do Conlutas-DF; Sra. Jacqueline Rodrigues, do Sindicato dos Servidores do Ramo Especial de Cargos da Polícia Federal; Sr. Miguel Ângelo Martins, do Conselho Federal de Contabilidade; Dr. Matheus Magalhães, da Universidade de Brasília; Sr. Rodrigo Ávila, da Auditoria Cidadã da Dívida também; estudante Jorge Luiz Bella, da Universidade de Brasília; Dr. Ubiramar, Consultor Legislativo do Senado; Sr. Roberto Piscitelli, do Conselho Federal de Contabilidade; Dra. Maria Cristina, conselheira do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal. Saúdo todas essas presenças. Certamente saudarei mais algumas.

Concedo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo de Andrade

SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE – Caro companheiro Deputado Chico Leite; companheiro Paulo Rubem Santiago, com quem tive a honra e ainda tenho de ser militante desde os anos 70, quando militávamos em uma mesma organização política – desde sempre o Paulo Rubem está nessa trincheira em defesa dos interesses mais legítimos do povo brasileiro, portanto, é uma honra estar com ele aqui –; companheiro Adriano, sindicalista, combativo, atuante desde há muito também – a gente agora não vai falar mais daqueles tempos...

O companheiro Prof. Sadi Dal Rosso, meu companheiro de muitas jornadas de luta no movimento sindical, em defesa da universidade pública, do setor público brasileiro, nos dá uma grande contribuição nesta tarde. A minha querida Maria Lúcia Fattorelli, com quem tenho tido oportunidade de conviver e participar de eventos importantes relacionados a esse assunto, um tema estratégico para a economia e para a política do nosso País e do Distrito Federal. Ela é minha companheira de partido, eu tenho muita honra de anunciar essa situação. A companheira Eugênia Lacerda, que está assumindo neste momento, não só firmou o ato de posse.

Nós vamos ter muito trabalho em relação a essa questão no Distrito Federal. Em campanhas eleitorais passadas, nós defendíamos e continuamos defendendo que

a dívida e todas as contas públicas de um governo deveriam ser colocadas num painel eletrônico para que o nosso povo acompanhasse o que se passa efetivamente com as finanças públicas. Eu tenho certeza, Maria Lúcia, de que aqui no Distrito Federal nós podemos fazer isso.

Queria, na verdade, deixar uma saudação especial a cada um de vocês nesta tarde e falar da importância estratégica deste tema para a sociedade brasiliense e para a sociedade brasileira.

O dinheiro público, o dinheiro sagrado de nossos impostos, das nossas contribuições – umas compulsórias, outras legais dentro da estrutura legal da arrecadação de impostos –, tem uma destinação perversa. Como nós vimos aqui nesta tarde, é praticamente a metade do Orçamento da União. Muito provavelmente é também aqui no Distrito Federal. Eu não vi esse número, mas é um número expressivo esses 150 milhões ao ano. O pagamento dessa quantia significa muito para uma unidade da Federação como o Distrito Federal. Se esse dinheiro tivesse sido destinado à promoção do bem-estar da nossa população, nós teríamos uma população muito mais justa, equânime e com demandas fundamentais sendo atendidas.

Nessa semana que passou, por exemplo, eu estive numa reunião no Condomínio Pôr do Sol, junto do Sol Nascente, na Ceilândia. É um conjunto de habitações onde moram cerca de 100 mil pessoas. Não há nada ali, Maria Lúcia, está tudo abandonado à própria sorte. Tem muita demagogia, muita promessa, mas nada efetivamente sendo feito. Com certeza, com esse dinheiro que está sendo carreado para dívida, nós teríamos condições de entregar ao nosso povo melhores condições de vida, de moradia, de saúde, de segurança, questões essenciais para uma vida digna da nossa população. Infelizmente, não enxergamos isso sendo tratado como prioridade.

Então, meu querido Chico Leite, parabéns pela iniciativa. Esta Casa obviamente deve abrir cada vez mais as suas portas a manifestações como esta – que esclareçam a opinião pública, que tragam informações, que nos permitam ter um posicionamento crítico diante das verdades que os poderosos teimam em colocar para nós nos meios de comunicação e através de suas instâncias de divulgação de sua ideologia e de sua doutrina. Enquanto isso, o nosso povo fica privado de conhecer a verdadeira realidade aqui do Distrito Federal.

É muito bem-vinda a criação desse núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Podem contar sempre conosco para que as iniciativas sejam de largo alcance entre a nossa população. Só uma população esclarecida, que domina o assunto e toma conhecimento da situação que nos cerca, é capaz de mudar efetivamente a sociedade. Como disse muito bem o Prof. Sadi, vamos rumo à construção de uma nova sociedade, socialista, justa, equânime, que permita ao nosso povo sonhar com melhores dias e melhores condições de vida aqui na Capital da República.

Agradeço muito a oportunidade, a gentileza do companheiro Deputado Chico Leite de convidar-me para a Mesa. Não tinha preparado nenhuma intervenção, mas eu fico muito feliz e me considero mais um militante nesta, para mim, importante tarde, porque nós marcamos aqui mais uma conquista da cidadania do Distrito Federal.

Estaremos muito mais bem calçados e informados para fazer o bom combate contra esse tipo de situação, que leva nossa população a uma perda de credibilidade nos órgãos públicos, quando não sabe o que é feito com o seu dinheiro, com o dinheiro arrecadado dos impostos aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado a todos.

Uma boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Toninho. É uma honra para nós tê-lo neste debate, entre outros que você tem capitaneado na nossa cidade. Quero ainda anunciar com muita honra a presença da Sra. Lídia de Jesus, diretora da Fenasps.

Neste momento, passaremos a palavra ao Sr. Adriano Campos, presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal – SINDICAL, que tem na realidade proposto uma série de debates nesta Casa Legislativa. Nosso mandato tem encampado todos eles.

SR. ADRIANO CAMPOS – Agradeço, Deputado Chico Leite.

Saúdo todos os presentes, muita gente que certamente está em horário de trabalho, em horário de estudo, mas que está se prontificando a estar presente aqui conosco, fazendo este debate tão importante e esclarecedor.

Quero saudar o Toninho, de tantas lutas; o Prof. Sadi, também sindicalista, que tem uma trajetória importante na academia; o Deputado Paulo Rubem – na minha terra se diz assim: "Não conheço, mas já gostei."

Quem se prontifica a realizar este debate, realmente tem que ser reconhecido e homenageado por nós, porque enfrenta talvez um dos principais mecanismos de corrupção, de comprometimento do nosso futuro, como disse bem o Deputado. E nós queremos um futuro melhor, então temos que reconhecer todos os que lutam por essa mudança. Em particular, saúdo essas duas guerreiras, a Maria Eugênia e a Maria Lúcia Fattorelli, que tivemos oportunidade de conhecer há alguns anos.

A primeira vez que trouxemos esse debate, Deputado Chico Leite, foi ainda na antiga Casa, acho que em 2008. E sempre que nós trazemos a Maria Lúcia aqui, é uma coisa muito interessante como reagem os servidores que participam. A minha querida Eugênia aqui, que está assumindo essa tarefa, é uma guerreira, estava ali muito preocupada, nervosa, veio aqui e deu conta do recado. Daqui a pouco, ela estará com toda desenvoltura que esse comprometimento político que ela tem com

esse tema vai lhe permitir, vai lhe dar energia e tranquilidade para falar a grandes massas aqui do Distrito Federal, com a maior tranquilidade sobre o tema.

Eu queria aqui aproveitar essa oportunidade, membros da Mesa e nossos colegas aqui do plenário. O que eu sempre falo, e essa é a reação que eu percebo, quando a gente traz esse debate aqui... eu sempre brinco que a sensação que eu tenho, que eu tive na primeira vez em que escutei a Maria Lúcia, e aqui eu vejo essa reação dos nossos servidores, é que a gente está diante daquele dilema, o dilema do Matrix. É a pílula vermelha e a pílula azul. Eu não me lembro do nome do personagem principal, mas a ele é oferecido a pílula azul. Se ele tomar essa pílula, ele volta a ver o mundo bacana, legal de Matrix. Se ele tomar a pílula vermelha, começa a ver o mundo real. Esse mundo de Matrix não é muito legal, não. Quem já viu o filme Matrix deve se lembrar daquele submundo onde eles vivem, com naves, sendo atacados o tempo todo, no escuro. Esse mundo de Matrix não é legal, quando a gente vê, não é Prof. Sadi? Agora, é preciso a gente enxergar esse mundo, e esse trabalho da auditoria cidadã nos permite isso.

Eu sempre falo que o trabalho realizado pela auditoria cidadã é fundamental para a classe trabalhadora brasileira. Como em outros países, onde também é feito esse trabalho, ele é fundamental para a classe trabalhadora do mundo inteiro, porque ele é um trabalho que não é informativo apenas, ele está em outro campo, parece-me, professor, que ele está no campo ideológico.

Muitas vezes nós trabalhadores, nós, inclusive, sindicalistas, como o Toninho e outros, e o Prof. Sadi mesmo, somos completamente absorvidos pela pressão sindical. A Eugênia também. Nós somos às vezes completamente engolidos pelas nossas demandas corporativas e não temos a oportunidade de produzir esse conhecimento. Ele é fundamental para a nossa luta, é fundamental para ampliar essa consciência dos trabalhadores. E, tão importante quanto isso, esse é um tipo de conhecimento que, quando a gente vai desfraldando, a gente vai começando a entender as relações que existem.

Então, nesse momento tão importante em que a gente vê aí a polêmica, eu acompanho muito, há até alguns setores da sociedade relembrando a ditadura militar como se fosse uma possibilidade de redenção... Quando a gente observa os estudos da auditoria, a gente vê um aspecto fundamental da dívida. Ela foi feita, contraída sob a força, sob a tortura, sob o constrangimento da classe trabalhadora, e a gente começa a entender como a política se relaciona com isso.

Quando agora se inicia um novo pleito, a gente vê novamente no cenário do Distrito Federal figuras caquéticas, figuras corruptas, como – e aí vou pedir perdão aqui, talvez não seja o momento de fazer política, mas acho que tem coisas que estão completamente fora do limite ou, pelo menos, do meu limite, então vou pedir a licença aqui da Mesa e do plenário para dizer – o ex-Governador José Roberto Arruda, que dilapidou o Distrito Federal, se postando novamente a ser candidato. Lembro-me bem de que um dos grandes erros do governo dele era contrair empréstimo, corrija-me, Deputado Chico Leite, da ordem de 4 bilhões. Era isso

mesmo? Quatro bilhões. A dívida do Distrito Federal hoje é de 1 bilhão e 200 mil. Ele queria contrair uma dívida de 4 bilhões para fazer obras. Se for igual à EPTG, que eu tenho que pegar todo dia, que, às vezes, para chegar a um compromisso às 8h ou 9h, eu tenho que sair às 6h30min. Se for para esse tipo de endividamento, sinceramente não me interessa. Se for para desviar, para os esquemas, também não me interessa.

Então, esse trabalho da auditoria nos permite enxergar, às vezes, os verdadeiros motivos de iniciativas políticas que são acobertados completamente. É importante a gente lembrar outro aspecto desse debate. Nós da Câmara Legislativa, o Deputado Chico Leite sabe muito bem, sofremos no cotidiano, somos aplacados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela demonstra claramente qual é a relação que o Poder tem com a dívida, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é draconiana em relação aos servidores públicos, mas ela é completamente... Quando ela fala de juros é para garantir pagamento de juros. É a legislação que garante, que sacramenta esse tipo de mecanismo.

Nós, na condição de sindicalistas da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos vimos na obrigação de junto com a auditoria e principalmente com a iniciativa... Nós trazemos o debate para o Deputado Chico Leite, os debates mais duros para ele e para a sua assessoria, ele compra e diz: "Vamos lá, vamos em frente, vamos debater". Esse é o papel do Parlamentar. Não precisa nem ter completa sintonia com o tema. Mas, se é um tema importante para o Parlamento e para a população do Distrito Federal, ele merece ser debatido, trazido para cá.

Nesse sentido, Deputado Chico Leite, eu me comprometerei em nome do núcleo, a trazer a suas mãos, aos demais Deputados, a produção desse núcleo para que esse debate tenha prosseguimento, a partir dessa auditoria, sem consultar a Eugênia ou a Maria Lúcia Fattorelli. Eu entendo que é um compromisso natural nosso, como bem nós queremos que esse núcleo produza informações suficientes para que nós possamos vencer uma barreira importante aqui, Deputado Chico Leite, que é levar esse debate ao Tribunal de Contas do Distrito Federal. Nós temos essa obrigação como sindicato. Parece-me que os Parlamentares também têm, porque os tribunais de contas não podem ser omissos nesse debate. Eles têm que assumir a obrigação de fazer essa... Se existe, e até permita-me, vou além... Eu não estou fazendo nenhuma crítica particular aos conselheiros do tribunal de contas ou à equipe do tribunal, mas, se é necessária a auditoria cidadã, é porque em boa parte os tribunais de contas não fazem esse tipo de auditagem, que é uma auditagem social, além de tudo.

Então, era isso o que eu queria colocar. Aproveito o gancho, Deputado Chico Leite, para convidar todos, e V.Exa. em particular, para, na próxima terça-feira, às 14h30min, estarem presentes num evento chamado: "64, lembrar para não repetir". É uma iniciativa nossa do Sindical com o Conselho de Psicologia do Distrito Federal e

o Conselho de Serviço Social. Quero já fazer o convite a você, Deputado Chico Leite, aos membros da Mesa e a todos os presentes.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Adriano. Aproveito para anunciar a presença do Cleusmar Ursulo, diretor do Sindicato Nacional dos Engenheiros, Arquitetos, Economistas, Estatísticos, Engenheiros e Geólogos do Poder Executivo Federal – SINAEG.

Muito obrigado pela presença, pela contribuição ao debate.

Habitualmente, há três formas de se evitar um tema: não fazer o debate, desqualificá-lo ou desvirtuá-lo. Este, o debate da dívida, tem passado todos esses anos perpassando governos das variadas matizes com essa esgrima, a de tentar fazer o debate. Só isso. Pelo menos isso.

Houve quem, durante um período, representasse uma posição de permanência. Houve quem o contestasse. Houve quem o contestasse no passado e representasse essa mesma posição depois, mas fundamentalmente com o mesmo patrão, o que é mais lamentável: a elite dominante econômica. Aí não muda a cor. Os patrões são, lamentavelmente, os mesmos. É por isso que as políticas não mudam. A dívida, evidentemente... Aqui, quero fazer um travessão: não é o caso, a meu juízo, de calote ou moratória, mas de responsabilidade para com o País, de fazer um debate claro e de dar o direito sagrado, constitucional, a quem paga ou deve pagar, de conhecê-la, negá-la, dizer o que deve e o que não deve, como qualquer contratante. Principalmente, sob a ótica coletiva.

Quem é defensor desse debate enfrenta isso todos esses anos, como acontece com o debate da transparência. Nós, aqui, fazemos, há mais de dez anos, no nosso mandato, uma luta pela ética na política, mas com ações concretas, como o fim do voto secreto de parlamentar; a exigência da ficha limpa para exercício de cargos em comissão; as leis de acesso à informação, que introduzimos aqui ainda em 2003 e 2004. Essa luta, naquilo que cabe ao nosso mandato, com o preceptor que é o consultor legislativo Arthur Oscar, é parte, no nosso caso, dessa grande luta em direção à República. Evidentemente, ela perpassa variadas matizes partidárias, sempre com um só fundamento ideológico: qual é o papel do Estado, para que ele serve.

Aqui, vemos o Deputado Paulo Rubem, do Partido Democrático Trabalhista; o Toninho, um líder inconteste do PSOL, e a presidenta do PSOL. Eu sou do Partido dos Trabalhadores. De maneira que o fundamento ideológico é idêntico: qual é o papel do Estado entre nós – que não pode ser trabalhado à luz das circunstâncias.

A nossa grande direção, hoje, por incrível que possa parecer, é a República, que foi proclamada, mas que não é realizada, efetivamente, entre nós – essa mistura do público com o privado, esse discurso coletivo para o interesse individualizado um pouco mais à frente, às vezes falando em nome de todos, mas trabalhando interesses circunstancializados. Nós vimos isso.

E é parte dessa luta uma outra, que também o Sindical assim como a Federação têm capitaneado em todo o Brasil, que é a luta pela mudança, pela modificação da nomeação de conselheiros dos tribunais de contas dos estados, da União. Aqui nós, certamente, daqui a pouco, acresceremos as nomeações de ministros de tribunais superiores e de juízes de órgãos colegiados de segunda instância de todo o Brasil. Precisamos pensar na antiguidade como critério. Precisamos pensar na PEC do companheiro Deputado Francisco Praciano, do PT do Amazonas, que tramita no Congresso Nacional. Enfim, nós precisamos fazer esse debate nacional.

Isso é parte desse grande processo que a elite dominante abocanha. Ela faz a dívida, ela se responsabiliza por colocar os focos, instrumentaliza quem pode pagar, entre políticos, mídia – nós sabemos, isso é muito antigo –, às vezes até instrumentaliza a oposição consentida, que é a grande esperteza da política desse final do século XX, professor: trabalhar a oposição consentida. Esse é um dado da esperteza. Como eu acho que esperteza tem tempo limitado, tem tempo de contagem, vai acabar logo, logo.

Mas o fundamental é que nós abrimos o debate aqui no nosso pequeno campo, convidamos todas e todos que quiserem participar dele, contribuir, inclusive contestando, mas fazendo o debate, sem fugir dele, sem desvirtuá-lo, sem desqualificá-lo dizendo que nós estamos pregando o calote – isso é fundamental, porque essa é outra forma de evitar. E convidamos porque, como disse o meu professor, companheiro Paulo Rubem, o Gonzaguinha, na mesma música, no mesmo poema, tinha explicação para muitas coisas ou, pelo menos, ele reduzia, diminuía, amenizava as nossas dores. Ele dizia que, para a vida, ele preferia a resposta das crianças: é bonita, é bonita e é bonita!

Então, eu quero agradecer imensamente a todas e a todos. Está aberto o debate. O debate continua. Debate é uma coisa que tem que se fazer no gerúndio, não dá para fazer o debate de outra forma. Debate é coisa de gerúndio.

Dado o adiantado da hora, eu quero agradecer imensamente a todas e a todos e declarar encerrada essa sessão.

Obrigado.

(Levanta-se a sessão às 17h37min.)